



Marcos da Rosa é o novo presidente da Aprosoja Brasil

Página 2



Economia deve confirmar recuperação após decisão do impeachment

Página 4



Carne brasileira pode conquistar novos mercados

Página 6

Produtividade é a principal preocupação do novo presidente da Aprosoja Brasil

Agrônomo e produtor rural no Mato Grosso, Marcos da Rosa, novo presidente da Aprosoja Brasil – Associação dos Produtores de Soja do Brasil, gaúcho de Passo Fundo, tem como uma das suas preocupações centrais a produtividade. “Nosso problema é que estamos sem grandes aumentos na produtividade há pelo menos dez anos. E os custos se elevaram de maneira que estão ficando muito próximos dos ganhos de produtividade”, afirmou o líder, ressaltando que entre as prioridades de sua gestão estão: trabalhar para alterar a legislação trabalhista no campo e intensificar ações para conscientizar os produtores a se unirem em torno das entidades representativas do setor. Acompanhe a seguir trechos da entrevista ao Informativo ABAG.

Qual a estratégia para elevar a produtividade?

Temos que valorizar nossos pesquisadores nacionais, os da Embrapa, em especial. Precisamos achar uma maneira de fazer com que esses profissionais sejam remunerados como são os da iniciativa privada, para que eles possam trabalhar exaustivamente de forma a superar nossos gargalos. Fazer um trabalho intenso com a extensão rural, seja ela privada ou não, assim como com os consultores de alta competência para perseguirmos uma maior produtividade para todos os produtores, pois temos elevados índices, mas de forma regionalizada. Agora mesmo acabou de sair os resultados dos produtores da região de Maringá, apontando produtividade de 100 sacas por hectare. Mas esse desempenho se dá num ambiente totalmente controlado e as atividades agronômicas são feitas no ponto certo. Tudo é feito no ponto certo, com cuidados com a adubação, aplicação de defensivos, perfil de solo adequado e variedades de sementes mais produtivas. E isso foi conseguido numa área muito pequena. Isso prova que nós temos genética, agora nós temos que, agronomicamente, estudar onde estão os nossos gargalos. Se eles estão nas práticas agronômicas de forma geral, desde o plantio até a colheita.

Onde temos de mexer especificamente?

Para você fazer essas mudanças vai ter gastos. A ideia é entender esses gastos e perceber onde podemos

trabalhar isso com viabilidade econômica. Nas práticas agronômicas onde nós devemos atuar. É possível você realizar todas as práticas de uma vez só, mas aí os custos são muito elevados e nosso ganho de produtividade não cobre esses custos. A lei trabalhista é outro desafio, pois ela é feita para o trabalhador urbano e não para o rural. Isso é um transtorno. No campo, em dias de chuva não dá para trabalhar e piora na época da colheita. A lei não ampara esse tipo de atividade. Isso só nos atrapalha para produzir. Temos agora instalada uma comissão na Câmara dos Deputados para estudar alterações na legislação trabalhista. Elaboramos os itens que precisam ser modificados. Isso é um desafio enorme. Temos de aproveitar esse momento para aprovar o que for necessário.

Que outros gargalos o setor enfrenta?

Temos ainda problemas envolvendo o marco regulatório defasado que envolve o segmento, onde para registrar um novo defensivo, por exemplo, tem de passar por três órgãos do executivo federal que não se conversam, gerando uma enorme burocracia e duplicidade de exigências, muitas vezes conflitantes entre si. O resultado disso é que, para registrar uma nova molécula, pode demorar de 8 a 10 anos. Quando ela obtém o registro já nasce defasada. Temos de acelerar esse processo para não afetar a produção.

Quais as principais reivindicações do segmento ao novo ministro da Agricultura?

Um dos problemas que nós temos é o seguro agrícola. Ele não tem eficácia. Nós temos de achar um modelo de seguro agrícola que cubra os custos para os casos de adversidades climáticas. Do contrário, a cada dez anos, acabamos tendo um grande endividamento dos produtores. Este ano, por exemplo, o endividamento de grande parte dos produtores rurais vai ser enorme e só será diluído nos próximos cinco ou seis anos. Isso se houver uma produtividade muito boa para cobrir os custos do ano e os que ficaram para trás.

Nós temos ainda preocupações com os recursos, que foram insuficientes. A rubrica que está sem recursos é a da

“Um dos problemas que nós temos é o seguro agrícola. Ele não tem eficácia. Temos de achar um modelo que cubra os custos para os casos de adversidade climática. Do contrário, a cada dez anos, acabamos tendo um grande endividamento dos produtores.”



comercialização. Temos as oscilações de preços que não cobrem os custos de produção. Um exemplo é que há três ou quatro anos atrás, quando a saca de milho caiu para 8 ou 10 reais e não cobria os custos. Temos de estar atento a isso para não desestimular o produtor, como está acontecendo agora no caso do feijão. Outra reivindicação é que dessa vez o MAPA seja um ministério de primeira ordem. Nosso pleito é que ele tenha o mesmo nível de importância e prioridade que os ministérios da Fazenda e da Educação, por exemplo. Os recursos alocados para o MAPA são irrisórios. Nós queremos que ele seja um ministério estratégico e que ampare o produtor.

Quais são as prioridades da sua gestão à frente da Aprosoja Brasil?

Uma prioridade é fazermos com que o produtor de soja compreenda a grande necessidade de ele ter e valorizar uma associação no seu estado. É verdade que temos diversas entidades de atuação nacional defendendo o agronegócio, mas ele tem de frequentar e apoiar a sua entidade regional. É lá onde os problemas são melhor percebidos e analisados. Outro ponto que consideramos relevante é o trabalho de fazer a sociedade entender a importância do produtor para sua rotina diária. Temos

de trabalhar para fazer o cidadão urbano compreender toda a riqueza que nós fazemos no campo todos os dias. Ele não pode continuar desconhecendo de onde vem a comida que ele põe no seu prato todos os dias, as roupas que usa, o combustível que coloca no seu carro. Do contrário, o produtor fica desanimado, principalmente quando ouve discursos dizendo que nós estamos destruindo a natureza. Ele precisa compreender que é a exportação do grão produzido no campo que traz renda para fazer o município crescer, além de garantir que o país sustente os níveis de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto) como nos últimos anos.

Outro ponto que consideramos prioritário é trabalhar para melhorar a infraestrutura de logística do país. Aqui no Mato Grosso, por exemplo, temos apenas dois eixos para escoar toda a produção: as BRs 163 e 158. Apesar de já termos evoluído um pouco, com o bom andamento da construção dos portos do Norte, não temos o trem, não temos as hidrovias e nossas estradas são todas de mão única. Isso encarece muito a produção. Tudo isso se junta à incompetência de anos anteriores, quando não se fez o que deveria ter sido feito. Logística é um grande desafio que nós temos pela frente.

Para economista, eventual volta



De acordo com Sérgio Vale, a economia deve confirmar uma recuperação que já se iniciou nos indicadores de confiança, após a decisão final do impeachment

Formado pela Faculdade de Economia e Administração da Universidade de São Paulo (FEA/USP), Sérgio Vale é economista-chefe da MB Associados, uma das mais conceituadas consultorias econômicas do país, desde 2006. Com base nessa ampla experiência, elabora constantes análises e projeções sobre a economia brasileira para os diversos clientes, inclusive a Abag.

A seu ver, com a entrada de uma “equipe econômica de alta qualidade” no governo interino, alguns indicadores de confiança começam a melhorar. “A atividade econômica deve começar uma recuperação efetiva depois da decisão política final. Em nosso cenário, números positivos apenas no último trimestre deste ano, quando o horizonte político estiver mais claro”, analisa o consultor. Para o economista, uma eventual volta de Dilma ao poder seria “catastrófica”. Confira na sequência outros detalhes da entrevista:

O senhor tem se mostrado otimista, ou no mínimo realista, em relação a uma retomada da economia brasileira no próximo ano. Poderia relacionar as razões objetivas do otimismo?

Basicamente temos uma solução política encaminhada para a profunda crise em que nos encontramos nos últimos anos. Ainda faltam alguns meses para definição completa disso, que se dará com a saída definitiva da

ex-presidente Dilma Rousseff. As últimas semanas têm sido evidentes para sinalizar como era importante voltar à normalidade com políticas econômicas sérias, equipe econômica de qualidade e um executivo com diálogo no Congresso. Nada disso havia durante os últimos anos e em regimes presidenciais como o brasileiro em que o presidente consegue ter muita força essa troca não foi pouca coisa. Especialmente quando se vê a ex-presidente sinalizando guinada à esquerda em uma possível volta. Caso o cenário benigno se concretize, o PIB deve crescer em torno de 2% ano que vem.

Especificamente em relação ao agronegócio, seu otimismo é o mesmo?

Sim, ao menos com as elevações de preço agora há potencial de melhora para o setor, especialmente em um momento em que o câmbio dá sinais de que não vai mais depreciar. Se tudo der certo, os fundamentos da economia não serão compatíveis com taxas de câmbio muito depreciadas. Salvo alguma crise externa, a tendência é que a solidez relativa da economia brasileira ano que vem acabe por levar a uma leve apreciação do câmbio.

Esse fôlego que se espera para a economia brasileira é curto ou duradouro?

Ele se mostrará duradouro se a intenção reformista da atual equipe perdurar ao longo dos próximos dois anos e meio. Creio que esse será o caso. Para que não haja reversão será essencial que os candidatos a presidente em 2018 mantenham o discurso reformista. Qualquer

de Dilma seria catastrófica

guinada à esquerda com chance de vitória é sinal de desmonte do pouco que está começando a ser feito. Infelizmente, umas das grandes perdas que a experiência Dilma trouxe é que agora voltou a ser importante saber o que um governo de esquerda faria. Dilma em 2010 era muito mais grave para a perspectiva econômica do que Lula em 2002, mas os mercados passaram a acreditar que os governos brasileiros não deixariam mais de ser responsáveis com a política econômica. Dilma mostrou que é possível reverter o básico e toda vez que tivermos um candidato de esquerda com chances de ganhar não será a calmaria de 2010 que teremos, mas o stress de 2002.



O que efetivamente mudou nas expectativas desde a posse de Temer?

Alguns indicadores de confiança começaram a mostrar sinais de melhora, especialmente os da FGV e CNI. Os dados efetivos de atividade devem começar uma recuperação depois da decisão política final. Em nosso cenário, números positivos apenas no último trimestre deste ano, quando o horizonte político estiver muito mais claro. Mesmo nesse momento, se uma crise atingir o presidente Temer e ele tiver que sair, haverá espaço para eleições indiretas no Congresso ano que vem, que não entendemos como algo que consiga ser pior do que foram os últimos anos.

Qual iniciativa do novo governo mais impactou na mudança da expectativa?

A sinalização de normalidade de política econômica foi o maior ganho, com a escolha de uma equipe de alta qualidade. Além disso, a regra fiscal, apesar de necessitar de ajustes para conseguir ser aprovada é uma evolução em um sistema político que se acostumou durante anos com aumentos fáceis de receita para bancar os aumentos de gastos. Sem espaço para aumento de alíquota e com o crescimento baixo dos próximos anos será essencial colocar um freio no crescimento do gasto público para diminuir o tamanho recorde de dívida que temos agora. Mesmo com essa melhora devemos bater em 80% de dívida bruta sobre PIB nos próximos anos. De fato é um número muito ruim, mas seria pior caso a presidente Dilma não tivesse saído, situação a qual estimávamos dívida de 92% do PIB ao fim de seu mandato.

Quais os efeitos para economia de uma eventual volta de Dilma ao poder?

Seria mais catastrófico do que todo seu período inteiro de governo. A saída de toda a equipe montada e a guinada à esquerda prometida pela presidente coloca em risco a parca recuperação que tivemos até agora e aprofundaria a recessão até sua saída em 2018. Mas uma eventual volta dela vai significar nova crise e novo processo de impeachment, pois não acreditamos na hipótese que será levada adiante um plebiscito e eleições diretas. Para isso, deverá haver negociação com o Congresso, algo que a presidente nunca conseguiu fazer em seu governo. Assim, imaginar sua volta é pedir para que a recessão no país se aprofunde. Difícil descobrir a racionalidade por traz de tal pensamento.

Presidente do CNPC está otimista com ações do governo para ampliar mercado para carne brasileira

As notícias de que as autoridades do governo do presidente interino, Michel Temer, estão caminhando na direção de ampliar as possibilidades de exportações da carne brasileira para China, de acelerar as negociações com os Estados Unidos e também com a União Europeia são bem-vindas pelos empresários da pecuária brasileira. “Vemos com otimismo as declarações dos ministros Blairo Maggi e José Serra, em se aproximar da China, acelerar as negociações com EUA e UE e não ficar amarrado totalmente às propostas e restrições do Mercosul, expandindo consideravelmente o número de acordos internacionais bilaterais”, analisa Tirso de Salles Meirelles, presidente do Conselho Nacional da Pecuária de Corte (CNPC).

No plano doméstico, o líder empresarial diz estar aguardando com otimismo que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) possa dinamizar o Plano Nacional de Erradicação da Febre Aftosa, ampliando áreas sem vacinação para que haja avanços nas exportações para o circuito “não-aftósico”, que remunera melhor as carnes. “Esta medida beneficiará pecuaristas e também alguns estados fortes na produção de carne suína, como o Paraná, Minas Gerais entre outros. Além disso, tal medida ampliará a confiança internacional em nosso sistema de defesa sanitária animal”, comentou. A seu ver, o Brasil precisa compatibilizar as medidas para transporte animal com a grandeza e amplitude de nosso território. Meirelles entende que o país, nessa questão, deve ter exigências semelhantes àquelas da Austrália e EUA.

O presidente do CNPC também informou que a entidade tem argumentado junto às autoridades para que animais de alto valor genético ou de exposição, oriundos de áreas livres de aftosa com vacinação, possam entrar e sair nas áreas livres sem vacinação. Também advoga que animais oriundos de áreas que ainda vacinam possam entrar em áreas sem vacinação para a fase final de engorda, pois hoje existem provas sorológicas perfeitamente adequadas para eliminar riscos. “O MAPA mudou sua estratégia de atuação e está mais sintonizado com as necessidades dos produtores. Inclusive já confirmou ao CNPC que está solicitando a aprovação destas medidas junto à Organização Mundial de Saúde Animal, em Paris”, relata.



Já no que diz respeito a possível influência dos rebanhos de países vizinhos que possam influir na qualidade e confiabilidade da carne brasileira, Meirelles afirma que o CNPC tem acompanhado os trabalhos do PANAFTOSA que indicam ausência de circulação viral da febre aftosa na região. “Todos os nossos vizinhos no Cone Sul e a Oeste tem programas exitosos no controle da aftosa. A única dúvida hoje é a Venezuela, mas sua fronteira com o Brasil é pequena e Roraima pode facilmente controlar, o que, aliás, vem fazendo há décadas”, pondera.

Para maior tranquilidade, segundo Meirelles, desde o ano passado, o PANAFTOSA tem conseguido estreitar trabalhos com aquele país o que deverá trazer mais transparência à epidemiologia da aftosa, medida que beneficiará a Colômbia, que tem investido muito na sua grande fronteira com o seu vizinho bolivariano. Acrescenta ainda que o Equador fez progresso nos últimos anos e hoje já é livre com vacinação; o Peru tem 99% do seu território livre sem vacinação; Paraguai tem feito excelente trabalho e exporta carne para mais de 58 países; Bolívia não tem problemas e atualmente tem estreito relacionamento em Santa Cruz de la Sierra, Beni, Pando, Tarija e Chaco com seus vizinhos do Brasil, Argentina e Paraguai. “O maior desejo da Bolívia hoje é exportar seus produtos e, principalmente, o excelente material genético zebuino a outros países, o que demonstra sua qualidade. O último foco na Bolívia ocorreu em 2007”, finaliza o presidente do CNPC.

08 de agosto

LIDERANÇA E PROTAGONISMO

15º Congresso
Brasileiro do
Agronegócio



2016

Hotel Sheraton WTC São Paulo

Informações e inscrições
www.abag.com.br/cba

Patrocínio Master



Patrocínio

agroceres



BNDES

Bradesco

MONSANTO



Tereos

Apoio



Deloitte.

inpEV

jacto

JOHN DEERE

pwc

SICOOBSP

Sistema OCB
CNCOOP - OCB - SESCOOP

xp investimentos

Apoio Institucional



ESTADÃO



Valor



MINISTÉRIO DA
AGRICULTURA, PECUÁRIA
E ABASTECIMENTO



Balança comercial US\$ bilhões

Ano	Brasil			Agronegócio		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
2009	152,9	127,7	25,2	64,7	9,8	54,9
2010	201,9	181,7	20,1	76,4	13,4	63,0
2011	256,0	226,2	29,7	94,9	17,5	77,4
2012	242,5	223,1	19,4	95,8	16,4	79,4
2013	242,1	239,6	2,5	99,9	17,0	82,9
2014	225,1	229,0	-4,0	96,7	16,6	80,1
2015	191,1	174,1	19,6	88,2	13,1	75,1

Fonte: Secex/ Agrostat

Vendas de Defensivos Agrícolas

Ano	Produto Comercial (t)	Ingrediente Ativo (t)	Valor US\$ milhões
2009	725.577	335.742	6.625
2010	708.592	342.580	7.303
2011	730.627	345.026	8.487
2012	823.226	346.583	9.710
2013	902.408	367.778	11.454
2014	914.220	352.336	12.248
2015	887.872	395.646	9.608

Fonte: Sindiveg

Vendas de Fertilizantes

Ano	milhões de t
2008	22,42
2009	22,40
2010	24,51
2011	28,32
2012	29,25
2013	30,70
2014	32,20
2015	30,20

Fonte: Anda

Vendas de Máquinas Agrícolas – Unidades

Ano	Tratores de roda		Tratores de esteira		Cultivadores Motorizados		Colheitadeiras	
	Internas	Externas	Internas	Externas	Internas	Externas	Internas	Externas
2008	43.414	23.056	720	2.726	1.852	13	4.458	3.579
2009	45.437	12.344	618	775	1.759	39	3.817	1.231
2010	56.420	14.171	878	1.754	1.807	128	4.549	2.261
2011	52.296	12.620	1.022	2.460	1.307	27	5.343	2.390
2012	55.819	12.167	1.062	2.265	1.348	39	6.278	1.238
2013	65.089	11.182	942	1.580	1.618	10	8.539	1.140
2014	55.623	9.412	835	1.869	1.567	5	6.330	1.031
2015	37.381	7.338	380	885	1.059	82	3.917	383

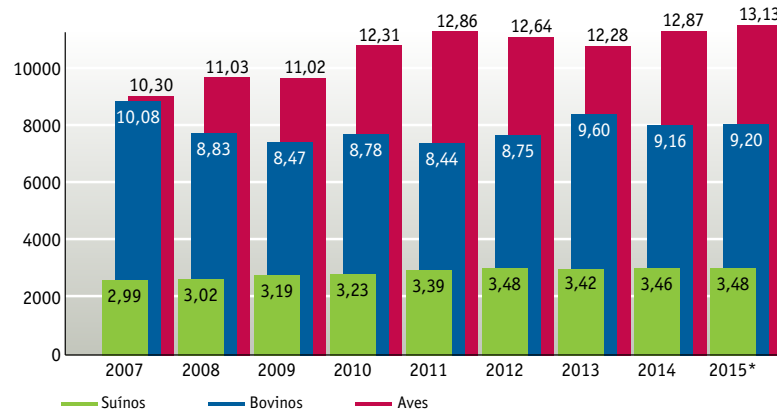
Fonte: Anfavea

Produção de Rações

Ano	milhões de t
2008	58,6
2009	58,4
2010	61,5
2011	64,6
2012	63,0
2013	62,6
2014	65,0*
2015	66,5**

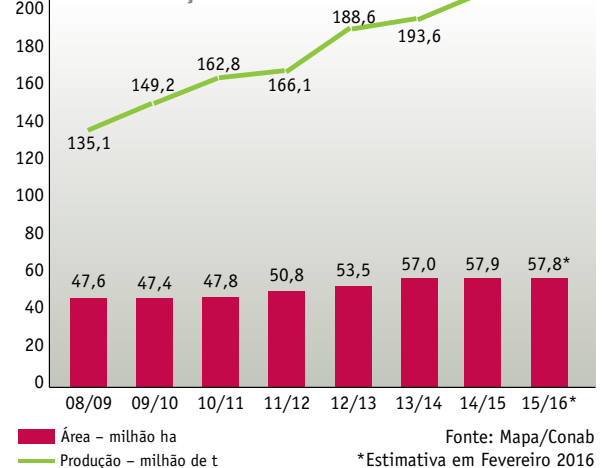
Fonte: Sindirações
*Estimativa
**Previsão

Produção de Carnes milhões de t



Fonte: Conab / Sugof / Geole
*Estimativa

Área e Produção de Grãos

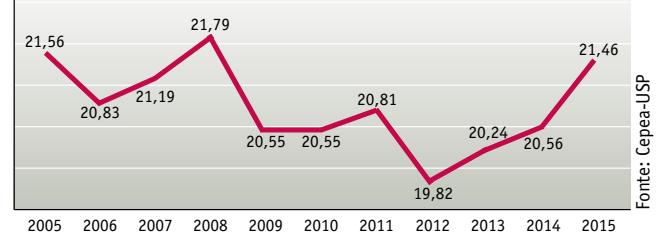


Fonte: Mapa/Conab
*Estimativa em Fevereiro 2016



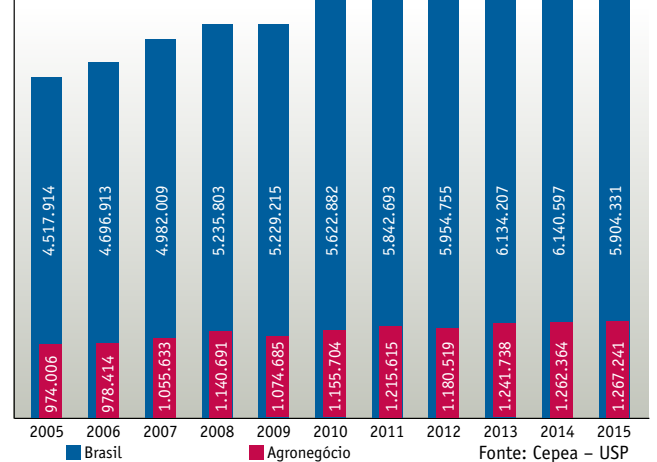
EXPEDIENTE – Publicação oficial da Associação Brasileira do Agronegócio - ABAG. Presidente: Luiz Carlos Corrêa Carvalho. Vice-presidente: Francisco Matturro. Diretores: Alexandre Enrico Silva Figliolino, André Souto Maior Pessoa, Antonio Carlos Ortiz, César Borges de Sousa, Christian Lohbauer, Eduardo Daher, Ingo Plöger, Luiz Lourenço, Marcello Brito, Marcos da Rosa, Mário Von Zuben, Paulo Renato Herrmann, Urbano C. Ribeiral, Valéria Militelli e Weber Porto. Diretor Executivo: Luiz Cornachioni. Jornalista Responsável: Gislaïne Balbinot, MTBo65/MS. Apoio: Mecânica de Comunicação. Projeto Gráfico: Mister White. Impressão Gráfica: Landgraf. Tiragem: 1.600 exemplares.

CONTATO ABAG: Av. Paulista 1754 – cj 147
São Paulo/SP – 01310-200 – Fone/Fax (11) 3285-3100
E-mail: abag@abag.com.br – Site: www.abag.com.br
twitter: @abag_brasil
Facebook: ABAG - Associação Brasileira do Agronegócio



Fonte: Cepea-USP

Evolução do Agronegócio no PIB em R\$ milhões



Fonte: Cepea - USP